

NAS FÍMBRIAS DA ORDEM E DO PROGRESSO: OUTRAS “VOZES” E “HISTÓRIAS DE VIDAS” DIFERENTES DOS AGENTES DA MODERNIZAÇÃO EM ARACAJU

META

Apresentar outros aspectos das contradições do discurso modernizador das elites, identificando outras “vozes” e “histórias de vidas” diferentes dos agentes da modernização em Aracaju.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

compreender outros aspectos do discurso modernizador sobre a cidade de Aracaju;

valorizar as memórias de homens e mulheres comuns que viveram na capital sergipana nas primeiras décadas do século XX;

compreender outros aspectos das contradições do discurso modernizador das elites;

identificar outras “vozes” e “histórias de vidas” diferentes do discurso oficial em Aracaju.

PRÉ-REQUISITOS

Os textos desta última unidade.



Imagem da Vila Operária, da fábrica Confiança.
(Fontes: <http://2.bp.blogspot.com>).

INTRODUÇÃO

Entendemos, na 5ª lição, segmentos sociais da Cotinguiba que ficaram à margem da sociedade no século XIX. Nesta última aula, iremos também apontar segmentos sociais que ficaram à margem da sociedade aracajuana, continuando a discussão do texto 08 da terceira unidade.

É muito importante que você faça o intercruzamento desses textos, indagando-se sobre os caminhos percorridos pelos vários segmentos sociais. Indague-se também sobre o que é identidade e sobre liberdade de expressão e de valores culturais.



Segundo João Pereira Barreto, “o filho do operário não terá a instrução suficiente ou só terá diante de muitos sacrifícios que o esgotará prematuramente. Mas o filho do capitalista ostentará uma maior colocação e ocupará os lugares na sociedade” (BARRETO, op. Cit). Acima a imagem da obra “Operários”, de Tarsila do Amaral.

(Fontes: <http://www.mulheresdeolho.org.br>).

UMA ESCOLA PARA O TRABALHADOR



Centro Operário Sergipano. Localizava-se na rua Santo Amaro com Geru. Fonte (ROMÃO,2000:56).

Os intelectuais e líderes operários pertencentes ao “Centro Operário” tinham uma visão da sociedade, na maioria das vezes, associada a um quadro revestido de cores mais negras e que contrastava com a proposta burguesa de um progresso intensivo da sociedade.

O operário têxtil era o alvo central da atenção dos que frequentavam o “Centro Operário”. Sobre esses trabalhadores, eram elaborados artigos nos jornais operários e promovidas palestras. Clodomir Silva, Sérgio Nogueira, João Pereira Barreto, entre outros, faziam parte do grupo de intelectuais considerados progressistas que ministravam palestras na possibilidade de atrair o operariado para as propostas defendidas pelo “Centro”. João Pereira Barreto, por exemplo, considerava a declaração dos Direitos Humanos uma mentira democrática. A igualdade na sociedade, para ele, não existia e o que se via era uma classe oprimida sendo subjugada por outra. (BARRETO, 1920)

Os líderes operários que escreveram no jornal eram Manoel Júlio da Silva, Antônio Alves de Siqueira, José Cordeiro de Jesus, Manuel Messias Ferreira e outros. O primeiro desta lista era vice-presidente do “Centro”. Nos seus discursos, combatia a escravização dos operários e procurava alertá-los dessa situação. Para Manuel, o patrão usava de diversos mecanismos para que o operário fosse subserviente, descuidasse de si e de sua família. (SILVA, 1920)

O “Centro” estava de “portas abertas” para receber toda contribuição que representasse uma visão da sociedade diferente da oficial, dos donos das fábricas de tecidos. Incorporando um outro discurso sobre a homem

pobre, os jornais operários apontaram a existência de condições de trabalho e de vida de forma distinta das abordagens alardeadas pelos empresários e pelo governo do Estado.

No “Centro”, os intelectuais considerados progressistas manifestavam suas visões sobre a constituição da sociedade. Eles eram médicos, engenheiros e, principalmente, advogados insatisfeitos com o tratamento dado à “coisa pública” e ao desamparo aos mais necessitados. Esses intelectuais, nos artigos dos jornais operários e nas palestras dos filiados, comentavam sobre os direitos humanos, a legislação do trabalho e questionamentos sobre a relação capital e trabalho. Mas, a maior contribuição foi em torno das discussões acerca da escolarização do homem pobre e seus familiares, tema em que eles mais se debruçaram.

Na palestra do advogado Clodomir Silva, por exemplo, a instrução aparece como a principal forma de se construir a liberdade da escravidão e das busca pelos direitos coletivos. Para Silva, “enquanto faltar no operário a instrução, base em que se firma todo o empreendimento, inclusive os mais ferozes, como as guerras, ele há de ser fácil de manejar pelo patrão, difícil de ser mover pelo esforço comum”.(SILVA,1920)

Muitos desses intelectuais percebiam a escola tradicional, da forma como estava funcionando, apropriada somente para atender aos propósitos da “classe burguesa”. Neste sentido, ela era vista como elitista e segregadora, favorecendo somente os possuidores de um ambiente favorável ao seu próprio desenvolvimento. Os pobres, no entanto, estariam marginalizados dos benefícios que a escola poderia trazer. Como os filhos dos ricos teriam oportunidades de frequentar as academias, passariam também no futuro a suceder seus pais no controle da sociedade. Assim, questionava-se sobre quando a situação do homem pobre e dos seus familiares iria mudar. Quando chegaria o dia em que os operários iriam dirigir a sociedade?

Em maio de 1920, no artigo “Trabalho e Pátria”, da Voz do Operária, sugere-se a construção de uma pátria sem a violência, sem a exploração e de onde o operário e seus familiares desfrutariam de melhores condições de vida. Essa pátria seria construída sobre o controle dos operários. Em julho de 1923, no artigo “O Operário e a Instrução”, desse mesmo jornal, falava-se na possibilidade de “construção de uma cidadela que era inexpugnável quando todos forem instruídos e aptos para exercer o papel de cidadãos conciliando o temor a Deus com respeito aos homens”.

Em todos esses artigos a palavra de ordem é a instrução do operariado para se construir um novo mundo. Mas esse caminho era visto como muito improvável ou de formação lenta diante da situação em que se encontrava o operariado sergipano.

Para João Pereira Barreto, “o filho do operário não terá a instrução suficiente ou só a terá diante de muitos sacrifícios que o esgotará prematuramente. Mas o filho do capitalista ostentará uma maior colocação e ocupará os lugares na sociedade” (BARRETO, op. cit).

Assim, para Barreto, o filho do operariado jamais poderá cultivar a sensibilidade natural porque a pobreza e muitas vezes a miséria são suas irmãs, companheiras e constantes. Já o filho do capitalista, ainda segundo Barreto, embora nasça com sensibilidade ou com sentimentos grosseiros, terão os meios para libertar-se, de polir-se.

Barreto apresentava-se como avesso aos valores da sociedade burguesa e a favor de um ordem social operária. Enxergou valores burgueses na escola tradicional. Relativizou a importância da escola tradicional no seio do operariado sergipano. Entretanto, acreditava numa nova escola eliminando a “ignorância” do operário “rude” e dos seus familiares na medida que estivesse destinada a propor a consciência crítica da Sociedade.

Na década de 1920, criaram uma escola noturna operária chamada “Horácio Hora”. A partir da sua inauguração, passou-se a acreditar numa nova fase para os operários sergipanos e a construção de urna nova mentalidade. Idealizava-se, neste sentido, que os operários seriam preparados com uma consciência independente e livre do paternalismo patronal. Em outubro de 1920, Silva palestrava no “Centro Operário” sobre a importância da Escola Horácio Hora. Ela traria maior consciência do operariado, de sua condição social. Um dos trechos do seu discurso, dizia

Precisamos da escola Horácio Hora, srs. operários, onde podoremos preparar mentalidades, com independência de vontade, com valor real, ternos assento no festim político de nossos destinos. (SILVA,1920)

Na década de 1920, na Escola “Horácio Hora”, as palestras no jornal “Voz do Operário” passaram a ser instrumentos importantes na divulgação das ideias do “Centro”. A “Voz do Operário” sugeria a tomada de consciência do operariado através da frequência à Escola “Horácio Hora”, às reuniões desse “Centro” e também leitura do próprio jornal.

A “Voz do Operário” incentivava a ação operária dentro do programa de “orden pacífica”, conforme anunciava os estatutos do próprio “Centro Operário Sergipano”. Neste sentido, a construção da consciência no operário era pensada como necessária para que os mesmos reivindicassem os seus direitos sociais dentro da ordem.

Ao longo da década de 1920, esse jornal insistia na campanha a favor da frequência do operário à Escola “Horácio Hora”. Essa campanha ocorria mediante a apatia do operariado em enxergar a importância da Escola na sua vida cotidiana. A “voz do Operário declarava que muitos se insurgiam e ‘desprezavam o ensino trazendo ruínas e atrofamento do espírito”.

Procurando com que o operário não fosse iludido pelos patrões, que se conscientizasse e conseguisse exercer sua cidadania o “Centro” se sentia possuindo uma missão histórica de salvação do operariado “rude” e\ou como órgão protetor dos indefesos. A intelectualidade que participava do

referido órgão e os líderes operários se apresentavam como responsáveis pelo destino “verdadeiro” do operário. Assim, era construída a ideia de que com eles estariam as melhores possibilidades da garantia de um futuro melhor para os “despossuídos da consciência.”

O “olhar” e a ação de proteção sobre o trabalhador esboçava-se com representações imaginárias. A visão estereotipada sobre o homem pobre, como nos referimos em outro texto, não ficou somente a cargo da elite ligada à “nova ordem social burguesa”. Criou-se dentro de próprio movimento operário uma visão deformada sobre o homem pobre sergipano e sua família. Estes aparecem infantilizados e reduzidos a imagens preconceituosas. São considerados sem planos para o futuro, rústicos, subservientes, lesmas e medrosos. Além destes rótulos aparecem também os termos “Zé Povinho”, “Nô Jeca”, “Zeca Tatu” e outros nomes retirados dos manuais de estudos como “massas amorfas flutuantes”, “gigantes sem cabeça”, e “ciclopes infantis”, entre outros. (Correio de Aracaju, 03 d maio de 1911).

Havia artigos nos jornais “O Operário” e “Voz do Operário” que, implicitamente, comparavam o operariado têxtil em Sergipe com os de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esses artigos receberam o título de “Que indiferença”, “Acordem Lesmas”, “O Nosso Primeiro aniversário” entre outros. Mas eles estavam travestidos de preconceitos contra o homem do campo que chegava à cidade “grande” com seus comportamentos considerados “agrestes” ou “sertanejos”, não possuindo “gestos modernos” dos habitantes de uma sociedade industrial e nem acostumados com as formas instituídas do modificar seus comportamentos, como a escolarização, por exemplo.

No artigo “que indiferença”, por exemplo, fez-se o seguinte comentário: “Enquanto Sergipe o operariado que da-se (sic) indiferente pelo seu destino, submisso e inconsciente do seu valor, lá por fora as sociedades operárias crescem e vão em tal prestígio que muito em breve obrigarão os patrões a serem mais aquidosos, a serem mais justos (O Operário, 11 de junho de 1916)

A “Voz do Operário” ao mesmo tempo que comparava implicitamente o trabalhador local com o imigrante estrangeiro nos Estados de S. Paulo e do Rio de Janeiro, pautava-se numa visão limitada da compreensão sobre o operariado sergipano. Na comparação com “nos Estados do Sudeste havia maior consciência operária” levava-se a perceber que em Sergipe ainda se vivia um primeiro estágio da consciência operária, ou seja, a pré-história da formação da classe operária sergipana.

Mas, o que seria uma maior “Consciência operária” defendida pelo “Centro”? De que forma eles defendiam que o operariado tivesse um maior conhecimento da situação social para tomada de posição frente aos patrões e ao governo?

Se o modelo de operário consciente existia em outros estados, necessitar-se-ia, também, ensinar aos operários de Sergipe os comportamentos praticados por estes operários “conscientes do Sudeste”. Dever-se-ia pregar

outras formas de encarar a produção das fábricas, do tratamento com os patrões, o governo e as leis Sociais.

Muitos imigrantes em S. Paulo, tendo consciência de sua situação social, sabotavam as fábricas, mas não promoveram uma ação mais agitada sobre a sociedade burguesa.

Mas o modelo de operário europeu que estava em S. Paulo não era aceito explicitamente pelo “Centro” em Sergipe. Seu método de encarar a sociedade era incompatível com os estatutos dessa associação. A comparação entre os operários sergipanos e os imigrantes europeus em São Paulo, era um aspecto contraditório do discurso dos intelectuais considerados progressistas e dos líderes operários que acreditavam num socialismo evolucionista.

Na tentativa de pregar o socialismo evolucionista no movimento operário, o “Centro” impôs um único modelo de direção na construção de um “novo trabalhador”. Nas entrelinhas dos artigos dos jornais operários há registros das imposições desta tendência política e o confronto com as divergentes. Infelizmente, não foi possível construir um “painel” mais esclarecedor das várias tendências existentes no “Centro”. Os dados coletados para esta pesquisa levaram a perceber a existência da preponderância do socialismo evolucionista e de uma presença tímida de um socialismo anarquista.

A presença dos anarquistas pode ser captada de ângulos diferentes de observação. Ela pode ser percebida na supervalorização e na tentativa de divulgação do socialismo evolucionista; nas críticas repetidas contra as ideias e comportamentos anarquistas e na notificação dos “casos anormais” do “centro”.

Em alguns artigos da imprensa oficial existiam elogios às leis sociais, à razão, ao governo e à pátria. Num artigo do jornal “O Estado de Sergipe”, por exemplo, aparecia que “não mais leis, não mais autoridades de nenhuma espécie, eram princípios inscritos na bandeira dos planfletários que deveriam ser repelidos”. Na concepção do mesmo jornal, “a sociedade que caminhava para o progresso no estava sendo construída pela desordem, mas pelos ditames das leis sociais e da razão esclarecedora”. Acreditava-se que no amparo das leis e da razão é que a humanidade poderia cumprir o seu destino de verdade e justiça. (O Estado de Sergipe, 1920).

O “Centro”, por sua vez, acreditava que o operariado sergipano não estava disponível em construir um socialismo com violência e “anarquia”. A anarquia era considerada, nessa associação, como um dos resultados da “malfazejada sede de domínio de poder”, como resultado de um cérebro incapaz de elaborar “coisa apreciável e lógica”. A anarquia, desta forma, recebia o pejorativo de bagunça, de desorganização da sociedade.

Através da “Voz do Operária”, o “Centro” questionava uma sociedade onde todos mandavam e ninguém obedecia. Sem ordem, acreditava-se que haveria uma desorganização total que impediria o progresso. O trabalhador, por sua vez, teria mais prejuízos porque assumiria em meio à “bagunça” um trabalho não digno (Voz do Operário, 1923).

As críticas dos libertários aos evolucionistas, por sua vez, se voltavam para a maneira como se elogiava o trabalho, as leis e a consciência operária nos limites da “ordem social” capitalista. Elas aparecem no próprio jornal operário quando havia a necessidade dos dirigentes do “Centro” justificar as intenções e as tomadas de posições “dentro da ordem”. A Voz do Operário, respondendo a uma das críticas dos anarquistas, fez o seguinte comentário:

Não pense que com a violência se consiga alguma coisa útil a favor do operariado Diz você que a “Voz do Operário” esta burguesa, pelo fato dela se não alterar em benefício de idéias incompatíveis com a ótica jornalística. Naturalmente, pensa que se deve pregar a anarquia, a inverso das leis e especificamente do bom senso. Convenha que a vitória do operariado não consiste em conseguir a vagabundagem remunerada, mas em ver assegurados os seus direitos sendo, portanto, necessário, que ele se comprometa a trabalhar (...). Não: absolutamente a “Voz do Operário” não está burguesa e sim indiscutivelmente operária, aconselha a altivez, o trabalho, a probidade. verbia as vaidades, os pernosticismos, a vadiagem; tem portanto, um programa digno de uma associação sensata e marginalizada. (Voz do Operário, julho de 1923)

Numa leitura mais minuciosa de muitos artigos da “Voz do Operário”, tem-se registro de uma pluralidade de opiniões a respeito do “caminho mais seguro” para o operariado sergipano. Mesmo que em linhas gerais, a finalidade era ocultar as diferenças existentes. Indiretamente, registram-se as insatisfações entre os associados do “Centro”. Existem “desabafos”, principalmente, dos diretores a respeito das cisões no movimento, dos “companheiros pouco atentos com as coisas sérias do Centro” e dos descumprimentos dos estatutos.

Quando algum sócio, em palestra, timidamente admitia ter ideias anarquistas, declarava-se imediatamente que era socialista e sobretudo cristão. Neste sentido, havia as invenções de comportamentos e as criações de imagens aparentemente intencionais para se melhor atuar no próprio “Centro” e diante da elite da modernidade. É possível notar esses aspectos nos discursos dos intelectuais considerados progresistas. (BARRETO, 1922)

Mas por que evitar o discurso anarquista na associação operária sergipana? Que ideias defendiam estes que assumiam ter idéias anarquistas?

Os anarquistas no Brasil defenderam primordialmente o despertar da liberdade pois consideravam uma condição natural do homem. Eles queriam superar a “ordem capitalista” através do engajamento da agitação das massas. Acreditavam que através da capacidade espontânea do operariado, construir-se-ia uma nova ordem social baseada na associação livre. (SFERRA, 1987:13)

Os libertários questionaram pratimente toda a organização do sistema capitalista. Na fábrica existiam sabotagem boicote, roubo, a destruição de

equipamentos, até a greve geral. No cotidiano fora da fábrica, eram a favor do amor livre, das formas alternativas de propor lazer e protesto. Eles eram contra o controle do poder nas mãos das “autoridades” das formas de impor as leis, os símbolos nacionais, heróis e da obediência civil. (RAGO, 1995:20)

As fontes encontradas que revelam comportamentos anarquistas em Sergipe falam de atos considerados estranhos no seio do operariado sergipano. São, evidentemente, documentos oficiais dos chefes de polícia, relatórios de fábrica e mensagens dos governos à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. Há também a documentação do próprio movimento operário, os jornais operários. Toda esta documentação ajuda mais a fazer perguntas do que mesmo a construir a verdade sobre a presença dos anarquistas em Sergipe.

Como a corrente de pensamento libertário não era hegemônica no “Centro”, tornam-se difíceis maiores considerações sobre sua atuação e discursos. É necessário buscar sua presença rastreada nas “falas” dos outros. Machado, por exemplo, chega a registrar a presença de “exaltados” entre os membros do “Centro Operário” numa greve contra a fábrica de tecidos “Sergipe Industrial“. Estes são apontados como aqueles que tinham uma visão mais desesperadora, explosiva e chegaram ao ponto de propor a destruição da fábrica. (1962:141-142)

Amando Fontes, por sua vez, em Os Corumbas, refere-se a um tipógrafo de temperamento combativo que recusava qualquer ideia de acordo com uma associação de irradiação do perigo à classe operária sergipana. Neste registro do atentado ao contra-mestre, ele comentou:

O que está cabalmente patenteado são laivas de anarquia e terror, promanada infelizmente de associados influentes do Centro operário, visando impor a vontade e a hegemonia deste sobre a classe, ainda que isto custe o sangue ou o sacrifício alheio.(...)O Centro Operário esse perigoso entro se estava gerendo e de onde estavam saindo os demônios do crime contra o operariado riado fábril (Diário Oficial, 27 de abril de 1920)

Comparando esse acontecimento com o que “rezavam os estatutos” dessa associação e os artigos publicados nos jornais operários, não se pode querer generalizar que seria promovido pela direção e\ou por todos os associados do “Centro”. Defendendo a luta pacífica no movimento operário de Sergipe, jamais essa associação aceitaria os atos “agressivos”, “exaltados”, e “desordeiros”. É provável que estes atos fossem realmente promovidos por poucos militantes que defendiam uma ação mais enérgica na sociedade.

Mas, os seus atos seriam de momentos tempestivos, ações sem pensar direito de uma juventude sem compromisso com a ordem social? Seus atos “agressivos”, não poderiam ser vistos de outra maneira?

É possível acreditar que seriam obserssivamente defensores de uma sociedade livre? Caso afirmaivo, pode-se encarar esse “atos violentos”

como uma tática de suscitar um aprendizado coletivo dos problemas e de “inflamar” o desejo de ação para a conquista da liberdade. Assim, a bandeira de luta deles não era a obediência, acordo dos patrões numa greve da fábrica de tecidos. Este tipógrafo é resgatado como se fosse um atuante anarquista que levantava a moral dos companheiros com vários discursos de conscientização para a agitação. Destaca, também, a “atuação agressiva” de alguns líderes operários que usavam cacete, emboscadas contra os que não queriam ser adpetos ao movimento grevista (FONTES, 1990:61-65).

Numa paralisação das atividades da “Confiança”, em 1922, Sobino Ribeiro, dono da fábrica, chegou a considerar a greve como algo exclusivo dos anarquistas. Acreditava ele que os “desesperos” as “agitações” no seio do movimento operário provinham de elementos externos à fábrica, por anarquistas, como acontecia em países longínquos. Ainda, segundo Ribeiro, na “Confiança” o operário vivia numa boa relação, sendo um amigo e cooperador porque lhe interessava também o desenvolvimento da mesma. Sobre esse aspecto, fez o seguinte comentário:

Para nós, como para todos que encaram os fatos com superioridade de espíritos e sem influência de registros subalternos, foi uma supresa nunca vista em Sergipe esse arremedo do que se tem dado em países longínquos, onde a fome pela falta do trabalho justifica o desespero, a desorganização da classe operária. Mas, no nosso Estado exemplos tais não tem longa vida. Felizmente para nós o anarquismo não assentará tenda nesse meio em que o operário nunca foi uma simples máquina, mas um cooperador amigo e inteligente nos interesses do que também participa. (Diário Oficial, 12 de fevereiro de 1920)

O uso da violência por parte do governo através da polícia constituía um outro lado da nova “ordem social”, conforme o projeto modernizador das elites, iniciado nas décadas de 1910. Imaginava, ao construir uma sociedade “civilizada”, com base na “cartilha” dos governantes, que tinha o direito de dizer o que era “certo” para os operários e, principalmente, para os seus líderes.

Para o chefe de polícia Gervásio C. Prata, “era impossível alguém desconhecer as intenções do governo no que se refere ao problema do operariado”. Para o mesmo, “o Governo possuía uma visão conciliadora e sempre orientando o que seria certo dentro das regras da sua cartilha”. (Diário Oficial, 29 de abril de 1922)

Mesmo com a violência e os mecanismos sutis de inculcar valores e obediência social, o governo e a polícia não tinham como impedir a proliferação de opiniões diversas na sociedade.

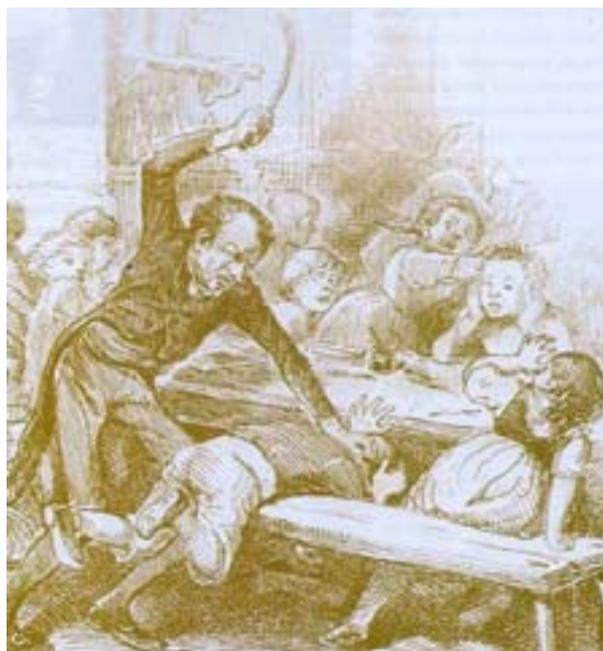
Havia efervescência, inquietações e opiniões divergentes do modelo que se estava instituindo de ser sergipano. Além dos jornais “O Operário” e “Voz do Operário”, que pensaram alternativas para os homens pobres

que trabalhavam nas fábricas de tecidos, também havia folhetins e jornais de pequeno porte como “A Farpa”, “A Fagulha”, “Rei Menino”, “O Binôculo”, “A Navalha”, “O Vampiro”, “O Avião”, “O Pente”, “O Oráculo” e o “Labor”, entre outros.

Estes pequenos jornais talvez fossem considerados uma imprensa juvenil ou de uma mocidade ‘desocupada’ e ‘irresponsável’ com a “nova ordem social”. Contendo um conteúdo humorístico, alguns criticavam as preocupações com os heróis, com as leis e, notadamente, com a “pedagogia moderna”.

“ Anda o povo atrapalhado; Sem recurso dia a dia; Inda mais atanazado; Com a tal pedagogia; Já parece brincadeira; Todo dia nos jornais; Os doutores sem canseira; Caceteiam os mortais! — Você sabe garanto; — Pedagogia moderna; — E você que fala tanto; - Sobre ela não se externa; Ditas nomes esquesitos; De autores imortais.; Trechos sérios e bonitos...; Desafio colossais; Um até já se descobriu; Os sentidos culinários; O outro... mangue já viu; Sentido extraordinários; E no fim quem paga o pato; É o Zé—Povinho na certeza; Embora tendo recato; De exhibir a descoberta; Nessa luta faço fim; O povo que compreenda; Pedagogia em Latim”. (Fagulha, 06 de set. de 1914)

Também eles criticavam a violência presente no cotidiano das práticas escolas. Perguntavam: como aprender algo usando tanta arrogância e imposição de valores?



Representação da violência nas escolas por parte do mestre. (LEMOS,2005:80).

As poesias e os artigos dessa imprensa alternativa, procuravam criticar a escolarização como algo que pudesse constituir a felicidade do homem pobre. Assim, não defendiam que a educação via a escola como se fosse o caminho mais adequado à civilização.

Há em artigos esparsos dessa imprensa alternativa com uma visão relativista dos valores morais que a elite, ligada à “ordem social burguesa”, queria construir. Afirmava-se que não era certo proclamar a felicidade da cultura, pois acreditava ser tudo relativo, pois:

No plano inferior o nada é tudo. No plano superior é completamente o contrário. Procura-se o ideal, a perfeição... Mas a paz como a perfeição, é como um cântaro dos danaides, nunca será alcançado e a infelicidade ocorre. (O Vampiro, 08 de março de 1920) .

Onde estaria essa gente “relativista”, “juvenil”, “anárquica”, “humorística” e “sem compromisso com o progresso na cidade de Aracaju, nas primeiras décadas do século XX?

Estaria em toda parte. A existência de suas “vozes” e “comportamentos” faz pensar a diversidade sobre a maneira de como conceber os homens e mulheres pobres e do como toda sociedade tem caminhos diferentes a serem seguidos.

E os próprios homens pobres, aqueles que não frequentavam as escolas, suas vozes não estavam em nenhum jornal, inclusive nos humorísticos, relativistas, juvenis etc?

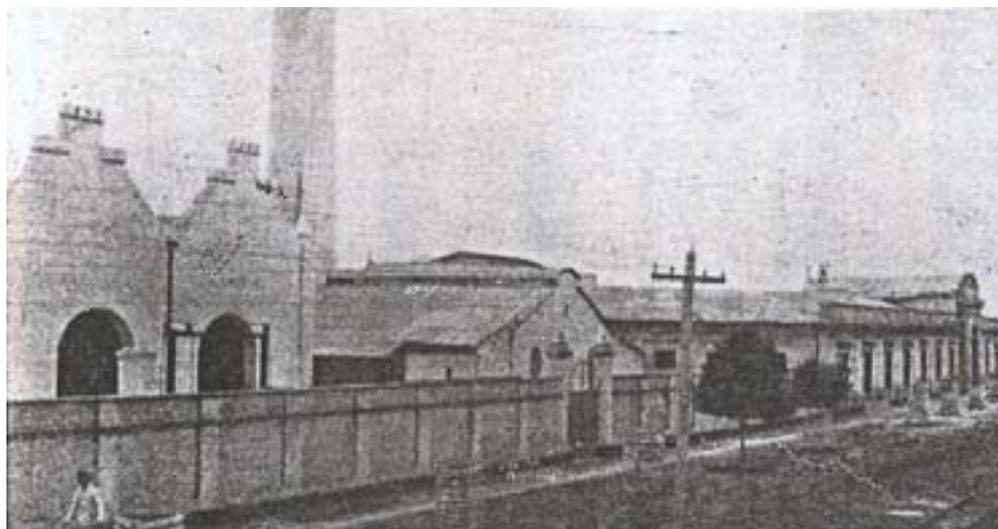
Não é muito fácil levantar informações em torno do que pensavam os homens pobres ou operários de fábricas de tecidos. A maioria da documentação a que o historiador tem acesso é reticente com relação ao cotidiano dessa gente. Os depoimentos orais, entretanto, têm um valor inestimável para resgatar aspectos outros não revelados, ou revelados de modo diferente. Contudo, esses depoimentos são raros. É muito difícil encontrar operários vivos e sadios que viveram o período correspondente aos anos de 1910 a 1930. Mesmo diante das dificuldades existentes, apresentamos algumas entrevistas com operários têxteis, donas de casas e demais indivíduos que viveram a mesma fase.



D. Antônia. Foto cedida pela família da entrevistada.

Entre as entrevistas feitas, a de Maria Antônia de Oliveira constituiu-se a mais significativa, sobretudo, pela variedade de informações nela contidas. Seu depoimento de vida destacou: a sua vinda a Aracaju na década de 1920, proveniente de Rosário do Catete, município do Estado de Sergipe, conjuntamente com sua mãe e irmãs; considerações em torno do seu trabalho na “Sergipe Industrial”; a vida fora da fábrica e, principalmente, sua visão sobre os patrões, a fábrica, as companheiras e o “Centro Operário”. Outrossim, o seu depoimento leva-nos a refletir mais ainda a discussão sobre os diversos caminhos da sociedade aracajuana nos anos de 1920 e 1930.

Dona Antônia, assim como era chamada por todos, primeiramente trabalhou como doméstica; em seguida, ingressou na “Sergipe Industrial”, em meados da década de 1920. Nesse período, a “Sergipe Industrial” era dirigida por Thales Ferraz, figura de patrão paternalista. Com sua morte, assumiram a direção da fábrica Manuel R. da Cruz e Carlos R. da Cruz. Nessa nova fase, a organização interna da fábrica fora mantida, mas “inovações” foram feitas, adquirindo-se novas máquinas, exigindo-se mais pontualidade do operário e uma maior produtividade. D. Antônia trabalhou nas duas fases e também posteriormente, na década de 1930, permanecendo trinta anos na mesma fábrica, não sendo uma única vez despedida, diferenciando-se das operárias que não conseguiam ficar tanto tempo no mesmo trabalho.



Vista da Fábrica Sergipe Industrial. Fonte: (SILVA, 1920:137).

Em diversos momentos dessa entrevista, deixou transparecer a visão de que ela era diferente de muitas de suas colegas. Esse termo “diferente”, usado por ela, significa que não faltava ao trabalho, não admitia receber repreensão, procurava cumprir todas as obrigações e não aceitava participar das “agitações” contra a fábrica. Nas diversas respostas que concedeu comentou essa diferença:

“(um médico lhe disse)... a senhora trabalhou esses anos todos e não teve uma falta no seu papel. Sua carta é limpa, não tem falta nenhuma... tem gente aqui que entra seis meses na fábrica e já tem muitas faltas e a senhora trabalhou trinta anos e não teve nenhuma falta.”

(...) “Passeiávamos. Visitava um doente... Era muito diferente. Visitava num dia uma casa. Algumas companheiras diziam: “D. Antônia vamo ali”. Mas, eu sempre dizia vamos embora que amanhã é dia de trabalho.”

Sobre o “Centro Operário”:

“Conhecia sim. Eu não frequentava.. Sei lá não queria ir. Uma amiga me levou alguns dias, depois deixei... eu era diferente. Meu gênio era muito diferente. Não gostava de certas coisas. Eu era muito diferente...”

D. Antônia voltava-se para os afazeres domésticos, frequentava missas ou visitava doentes e, em período de festas juninas, participava das danças (sambas de coco). Não ia ao cinema da fábrica, diversas atividades do parque e nem participava dos passeios. Preferia ficar em casa a fazer outras atividades. Residindo no Santo Antônio, na época que trabalhava na “Sergipe Industrial”, ela possuía as mesmas condições de vida das suas colegas de trabalho e demais vizinhos do mesmo bairro. Morava em casa de taipa e de palha, enfrentava temporais e problemas diversos em torno da falta de saneamento. Ganhava somente o necessário para a sobrevivência. Aqueles eram, na sua opinião, tempos difíceis.



Interior da fábrica de tecido. Mulheres e crianças estão fazendo parte do cotidiano do trabalho na fábrica. Fonte: (ROMÃO, 2000:104).

Sobre Salário e habitação:

“Eu, por exemplo, não tinha família (filhos). A minha família era eu e meu marido, mas o meu era a conta. Morava em casa de palha. Essa casa daqui caiu. Era de vara. Naquele tempo aqui tinha aqueles invernos fortes, a chuva vinha e derrubava tudo. O povo passava pela frente da casa e eu via pelas varas, (...) era uma miudeza e só Deus tinha pena. Quem se mudou daqui e veio passear e agora diz: “Ave Maria, aqui está uma cidade de burguês” - quem deixou como era.” (sic)

As condições de vida fora da fábrica são relatadas na sua entrevista com ênfase. Isto não acontece com relação à fábrica. Ela se manteve sempre omissa à realidade do mundo do trabalho, falando muito mais de sua dedicação do que dos conflitos. Desse jeito, retratou uma fábrica sem problemas e confrontos, embora deixando margens para interpretações contrárias às suas informações.

Conforme suas respostas, os patrões eram homens bons, honestos e dedicados aos trabalhadores. Afirmou que quem não cumpria suas atividades não compreendia o trabalho, cometendo erros na produção e provocando os rotineiros acidentes de trabalho.

Procurando a todo momento justificar que não houve problema com ela, que cumpria as atividades, era dedicada, eficiente e passiva, indiretamente deixou transparecer que existiam os problemas, que havia conflitos, gente que “não compreendia o trabalho”. A afirmação de que era “diferente” revela um contraponto. Possibilita perceber a existência dos “não eficientes” e dos “insubordinados”. Por outro lado, também, em certas respostas, ela comentou, explicitamente, a existência dos conflitos.

Sobre demissões:

“... a questão foi que elas contaram, sei lá o negócio que teve. Elas fizeram uma campanha entre elas lá e foram dar parte pra ficar no trabalho, mas perderam. Elas foram ao “Centro Operário”.

- Olha, D. Antônia, você entra no “Centro Operário”. Vamos fazer uma campanha para ninguém sair e a gente ficar no trabalho.

Eu disse: eu não entro nessa campanha não. Eu não entro, não quero saber.

Juntaram uma porção delas lá e foram para o “Centro Operário” e deram parte. Foi um “bolo”, um chamego.”

A existência da mulher dedicada ao trabalho, eficiente e, principalmente, passiva, como ela descreveu a si mesma, pode ser interpretado como inventada a partir de certas versões. D. Antônia configurou-se no protótipo desejado por alguns segmentos sociais envolvidos no discurso modernizador.

Sua própria existência é observada a partir de elementos projetados no discurso modernizador, sua história de vida pode assim ser vista como a de alguém que foi “anestesiado”. Mas, realmente, ela obedecia a todas as ordens? Não se rebelou em nenhum momento? Não demonstrou consciência de sua situação de vida?

Há, na entrevista de D. Antônia, passagens que negam a imagem da operária anestesiada. Ela demonstrou, como se percebeu, ser uma operária mais passiva do que contestadora. Contudo, essas explicações também se contradizem na medida em que ela deu exemplos de sua esperteza em não se deixar enganar por qualquer pessoa, e da consciência de sua condição de vida e dos preconceitos existentes na época, por causa de sua condição financeira e sua cor. Suas colocações, neste sentido, resgatam outra imagem da operária passiva e dedicada ao trabalho.

“(…) Eles mandaram buscar um meste teco (ela quis dizer um técnico) para acertar as máquinas automáticas que os daqui não sabiam. Quando o mestre chegou, um alemão, eles tinham uma casa separada para o mesmo. Quando foi um dia, eu estava trabalhando, o mestre bateu no meu ombro e disse:

- “D. Antônia a sra, que vai fazer o café do alemão. A sra. vá e quando chegar às seis horas ...

Quando foi um dia, para encurtar a conversa, ele me chamou.

- D. Antônia que hora o alemão toma café?

Eu disse: sete horas ele está na mesa tomando café, por que oito horas ele está aqui no trabalho. Ele chegou e disse:

- D. Antônia a que horas a senhora sai de lá?

Eu disse: Eu saio de lá depois que eu arrumo tudo, deixo limpo e venho para meu trabalho. São dois trabalhos, não é? Ele disse:

- É porque ele chega aqui antes das sete...

É ele chega aqui antes da sete e eu fico trabalhando. Trabalho aqui fição e trabalho para fazer café para o Teco, Chego as seis horas para ele tomar café as sete horas, às oito chega aqui no trabalho. O sr. me colocou ainda mais para varrer o colégio da professora. Quantos trabalhos o sr está me botando agora? Onde o sr. me encontrou e quantos trabalhos o sr meu deu? Ele me disse:

- É, dona Antônia, vá trabalhar, tenha calma.

Não sei o que ele pensou não... Eu disse: eu não estou me afobando não, meu senhor. (...) Eles tratam a gente muito bem. Agora, o senhor sabe cada qual tem seu gênio. Ele me chamou a atenção e eu respondi a ele”. (sic).

Sobre preconceito:

“Consideravam a gente de classe baixa. Não davam valor ao operário. (.. .) Naquele tempo o povo tinha muito orgulho. O que tinha uma

coisinha (virgem Maria!) não ligava quem era humilde. (...) Vou lhe falar um negócio, eu não me importei não, nem devo falar certas coisas, mas nem me lembro qual foi a companhia. Um deles, não estou a par, disse que quando fosse governo, pobre era pobre e rico era rico. Isso não foi mentira (...) Tem pobre que não tem coisas, ‘mas é melhor que rico branco. (...) A fábrica era cheia de gente escura. Agora eu não sei. Você sabe que não são todas as pessoas de sua qualidade... que tem a atenção a quem tem a cor escura. Muita gente tem preconceito. As pessoas de cor como a minha, eram tratados de outra forma”.

É enganoso pensar que essas reações e interpretações sobre a vida cotidiana são atos de gente inadaptada, guiada pelo instinto de sobrevivência e que era, certamente, passiva, obediente e dedicada ao trabalho. O operário em formação travou modos de lutas individuais nas relações diárias com colegas, patrões, polícia etc. de diversas maneiras. A palavra falada, por exemplo, era um instrumento essencial para descarregar as ofensas e as opressões. Os documentos “oficiais” pouco ou nada falam dessas situações. Como temos mais acesso a esses documentos, o que nos fica são imagens de um passado onde o silêncio e a tranquilidade “funcionavam”.

Com os depoimentos dos operários, percebe-se uma memória popular viva, conflituosa. A imagem do “silêncio”, da “tranquilidade” é apontada de uma outra maneira. Essa memória retrata um passado não muito feliz, completo de exploração, maltratos, multas e muitas confusões. Ela contradiz a visão de “progresso”, de “modernização” defendida pelo discurso modernizador.

Era essa imagem, por exemplo, que outros operários entrevistados diretamente apontaram. O ex-operário Pedro F. dos Santos, da “Sergipe Industrial”, Ana V. Da Cruz, ex-operária da “Sergipe Industrial” e “Confiança” e Alice S. Barros, também ex-operária de ambas as fábricas, procuraram registrar a visão de tempos difíceis. Eram, assim, apontados os conflitos e confrontos, as proteções nas fábricas aos operários subservientes, as resistências ao uso das máquinas, a situação de vida dos operários, a imagem dos patrões, do “Centro Operário” e dos próprios operários.

Pedro F. dos Santos, por exemplo, ilustra esse passado cheio de conflitos, revoltas e insatisfações da seguinte forma:

“Entrei na fábrica, pra trabalhar, Trabalhei, mas eu era um pouco rebelde. Eu não era educado como elas (suas tias). Qualquer coisinha eu estourava. Eu entrei três vezes na fábrica... A última vez que eu entrei um dos diretores da fábrica me disse: - Você só entra nessa fábrica porque é sobrinho de Rosa Cardoso.
(. ..) A gente recebia dinheiro numa mochilinha... chamavam o número da gente e entregavam. Quando eu recebi dinheiro faltando

uns 500 reis... eu disse a ele: olhe feitor para semana o sr. bota na folha que é pra inteirar o “de comer” da feira dos seus filhos.
Ai ele disse: - Como é seu atrevido?
Eu disse: bote na folha.,. olha eu não erro uma mão para acertar sua cara... isso tudo dentro da fábrica. Tudo isso passou-se comigo.”

Fora do espaço da fábrica também inúmeros conflitos existem. O tempo livre não era somente para descanso, visita a doentes e dedicação aos serviços de casa ou uma vez por ano dançar nas festas juninas como quis demonstrar dona Antônia. Bailes, noitadas nos cabarés, samba de coco, pescaria, leilão, passeios etc. Para o homem, principalmente, existiam o cabaré, os jogos de azar, as fanfarras. Para alguns era somente o cabaré, como se pode conferir com as colocações do ex-operário Pedro F. dos

Santos. “O operário só tinha lugar pra se divertir nos cabarés. Não existia diversão aqui. O lugar que tinha era o “Bonfim”, como chamavam. Existia aquela vida mundana”.

Os cabarés, as bodegas, como assim chamavam o bar, as praças públicas, os altos dos morros, sítios e as areias das praias, constituíam, segundo os depoimentos orais, os cenários do lazer operário. Desse ambiente, brigas, confusões, rivalidades faziam parte constantemente. Era uma rede de relações sociais complexa, permeada por interesses diversos e contraditórios. Não existiram, neste sentido, completamente operários “bons”, “honestos” dedicados à família, obedientes às leis e eficientes no trabalho como se pode acreditar a partir de determinadas versões. Até os mais assíduos, “obedientes”, tinham outros envolvimento e interesses individuais e isolados que contrapõem à imagem



O beijo. Revista o Cruzeiro. Fonte: (NAVES,2006:25).

estereotipa do operário “honesto” e “passivo”.

Na fala de Pedro, ele aponta o “Bonfim” como um dos lugares em que ele se divertia. Essa área se localizava, aproximadamente, entre a atual avenida Dr. Carlos Firpo e a Rua Apulcro Mota, parte de onde é hoje o centro de Aracaju. Também conhecido pelo nome de “Morro do Pirro” e “Alto da Boa Vista”. O morro continuou ali até os anos de 1950, quando outra vertente do discurso modernizador das elites resolveu colocá-lo abaixo em

nome do progresso e de uma estética mais bonita para a capital sergipana.

O “Bomfim” constituía-se num outro “lugar” do espaço urbano de Aracaju, sem ser o modelo traçado pelas elites das décadas de 1920 e 1930. Nesse morro, paulatinamente, homens e mulheres pobres ergueram suas casas. Também inventaram formas de lazer. Não era somente diversão de operários de fábricas e tampouco limitou-se à existência de “cabarés”.

Segundo Josefa Núbia de Jesus Passos, a trilha sonora que animava as noites do Bonfim por vezes era a de “violões, caboclos e doloridos”, do “compasso do reco-reco” e de uma ou outra “harmônica”, como informa o poeta Freire Ribeiro.”(JESUS,2009:30)

É interessante observar o quanto os poetas, memorialistas e romancistas podem nos ajudar a compreender parte desse cotidiano de Aracaju que se inseria nas fímbrias daquilo que a elite chamava de modernização, em nome da “ordem” e do “progresso”. Perscrutar essa literatura ajuda-nos a ter um outro olhar da margem. É ver Aracaju não só como uma cidade moderna de prédios e um futuro promissor. É preciso vasculhar nosso passado e dialogar com as memórias. Ouvir as vozes diferentes desse passado da capital sergipana e das demias cidades de Sergipe.



O samba. (DOMINGUES, 2006:64).



Alunos de História de Sergipe ouvindo um historiador não profissional sobre sua versão do passado sergipano. Acervo particular do autor deste livro.

Outra pesquisa interessante é encontrar expressões populares desses homens e mulheres que paulatinamente ocuparam as vielas, morros e até o “quadrado de pirro”, inventando e refazendo caminhos diferentes em Aracaju

CONCLUSÃO

O depoimento de Dona Antônia foi um recurso a mais para adentrarmos no universo do outro. Outros depoimentos poderiam nos ajudar a percorrer quintais de Aracaju, altos dos morros e nos revelassem o alarido das vozes intermitentes que parecem destoar do discurso modernizador das elites. Estes depoimentos parecem que nos fariam justificar a necessidade da não derrubada do morro do Bonfim onde é hoje a rodoviária velha e adjacências. Estamos indo na contramão do que fez a elite que destruiu o morro, como um lugar indesejado para civilização.

Nesse sentido, fica o convite para pensar ARACAJU atual. Por que sempre estamos pensando em Aracaju como cidade do futuro, do novo?



RESUMO

Outras histórias existem que não as oficiais. O cotidiano dos homens e mulheres pobres apontam caminhos diferentes das propostas das elites. O cotidiano de D. Antônia é um exemplo. Ela e outros forjaram e criaram formas próprias de lidar com as precárias condições de vida que encontravam em Aracaju quando passaram a morar e trabalhar nas fábricas de tecidos.



ATIVIDADES

- 1- Publique no seu Blog mais informações sobre a importância dos “outros” (negros, índios, homens pobres) para a história de Sergipe (Aracaju) nas primeiras décadas do século XX. Explique como se constituía o “morro do Bonfim” em Aracaju e por que ele foi posto ao chão pela elite aracajuana.
- 2- Pesquise sobre cultura popular em sua região. Aponte instrumentos musicais herdados dos negros, índios e mestiços (produza um texto sobre nossa “herança cultural”). Pessoas da terceira idade possivelmente falarão a você informações sobre o “samba do coco” na sua região. Idem outras danças (folclore).

REFERÊNCIAS

- BARRETO, João Pereira. **Correio de Aracaju**, Aracaju, 03 d maio de 1911).
_____. **Voz do Operário**, Aracaju, agosto de 1920.
- CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**, Aracaju: Livraria Regina, 1955.
- CAMPOS, José Aloísio. Contribuições de melhoramentos e as obras de urbanismo em Aracaju. In: **Revista de Aracaju**, ano 1949, no.03.
- Correio e Aracaju**, 20 de fevereiro de 1910, no. 361, seção paga ao público.
- DOMINGUES, Petrônio. **Consciência de Cor**. Revista de História da

- Biblioteca Nacional, ano 01, no. 11, agosto de 2006.
- FONTES, Amando. **Os Corumba**, Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 6ª ed, 1967.
- _____. Rua de Siriri. São Paulo: Edioro, 1960.
- KOURY, Mauro Guilhermes Pinheiro. Trabalho e Disciplina (Os homens pobres nas Cidades do Nordeste: 1889-1920). In: **Relações e Relações de Poder: Mudanças e Permanências**. ANPOCS, 1986, vol.1
- LEMONS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Entre a palmatória e a moral. *Nossa História*, Ano 2, no. 15, janeiro de 2005.
- MACHADO, Manuel Cabral. Aspectos dos movimentos operários em Sergipe. In: *Revista de Aracaju*, ano XIX, no.07. 186.
- MELLINS, Murilo. **Aracaju romântica que vi e vivi**. Ano 40 e 50. Aracaju: NORGRAF, 2001.
- MOURA, Maria das Graças M e outros. Levantamento da Imprensa Operária em Sergipe. São Cristóvão: PDPH\UFS,, 1984.
- NAVES, Santuza Cambraia. Almofadinhas e malandros. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 1, no. 08, fev. Março de 2006.
- O Operário. Carta Aberta. Aracaju, março de 1916, no. 30, ano I.
- PESSAVENTO, Sandra Jatahy. **O espetáculo da Rua. Porto Alegre**: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal, 1992.
- _____. **O cotidiano da República**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRG, 1972.
- PASSOS, Josefa Núbia de Jesus. Em defesa da civilização, da modernidade e do progresso: intervenções na Zona do Bonfim em Aracaju (1935-1955). Monografia de pós-graduação em História Cultural, UFS, 2009.
- PORTO, Fernando. Ensaio de Evolução Urbana. In: *Revista de Aracaju*, ano III, 1949, no. 03.
- _____. Entrevista em 29 de janeiro de 1990.
- _____. Alguns nomes antigos de Acaju, Aracaju; J. Andrade, 2003.
- RELATÓRIO da fábrica “Confiança” à Assembleia geral ordinária de 22 de fevereiro de 1922, *Diário Oficial*, Aracaju, 23 de fevereiro de 1922, no. 658.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar-Brasil (1989-1930)**, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.
- ROMÃO, Frederico L. **Na trama da História. O movimento Operário de Sergipe**. Aracaju: J. Andrade, 2000.
- SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Práticas e Apropriações do urbano na cidade de Aracaju\SE**, São Cristóvão, Sergipe, dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, 2007
- SILVA, Clodomir. *Voz do Operário*, Aracaju 1920
- _____. **Álbum de Sergipe de 1434 a 1920**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1920.
- SILVA, Manoel Júlio da. *Palestra. Voz do Operário*, Aracaju: outubro de 1920.

- _____. Voz do Operário, Aracaju: novembro de 1920.
- SOUSA, Antonio Lindvaldo. **Disciplina e Resistência – cotidiano dos operários textéis em Aracaju (1910-1930)**. Trabalho apresentado à Disciplina Pesquisa Histórica II, Curso de Bacharelado em História, sob orientação da professora Terezinha Oliva de Souza. São Cristovão, UFS, 1991.
- _____. **Em Nome do Progresso e da Liberdade: ordem e rebeldia no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930)**. Aracaju, 1993, Trabalho de conclusão do curso de Lato Sensu em Ciências Sociais, sob orientação da professora Beatriz G. Dantas, São Cristovão, UFS, 1993.
- Voz do Operário. O que consiste nossa união. Aracaju, 1913, no.04. ano I.
- _____. O operariado sergipano e as oito horas de trabalho, Aracaju, 1921, no. 14, ano II.
- _____. Pelas fábricas, Aracaju, 1922, no. 24.
- _____. Abril e maio de 1922. Aracaju, 29 de maio de 1922, ano III.
- _____. Operários. Aracaju, agosto de 1922, no. 31, ano III
- _____. Aracaju, julho de 1923, no. 38, ano III
- _____. Operário Instruí-vos. Operário uni-vos. Aracaju, setembro de 1923, no. 40, ano III.

WHINNE, Pires. Aracaju dos últimos tempos. In: **História de Sergipe**, (1930 a 1972), vol.II, Rio de Janeiro: Pongetti.